

ECOS DE PROTEÇÃO: **Cuidado integral e defesa das infâncias e** **adultos vulneráveis na Igreja**

RELATÓRIO EXECUTIVO
2025



ECOS^{de}
Proteção
CUIDADO INTEGRAL E
DEFESA DAS INFÂNCIAS

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

R382
2025

Relatório executivo : Ecos de Proteção : cuidado integral e defesa das infâncias e adultos vulneráveis na Igreja / coordenação do projeto: Bárbara Pimpão Ferreira, José André de Azevedo ; [autoria]: Rivaldo Dionizio Candido – Curitiba : [s.n.], 2025.
1 arquivo online (45 p.) : il.

Publicação digital (e-book) no formato PDF
Bibliografia: p. 39-42
ISBN: 978-65-5385-187-0

1. Populações vulneráveis. 2. Direitos das crianças. 3. Direitos dos adolescentes. 4. Violência em crianças. 5. Violência – Aspectos religiosos – Igreja Católica. I. Ferreira, Bárbara Pimpão. II. Azevedo, José André. III. Candido, Rivaldo Dionizio. IV. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. V. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. VI. Igreja Católica. Diocese de São José dos Pinhais (PR).

CDD 20. ed. – 361

Bibliotecária: Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

REALIZAÇÃO

GRUPO MARISTA

Presidente

Ir. Vanderlei Siqueira dos Santos

Vice-presidente

Ir. Délcio Afonso Balestrin

Superintendente

Maurício Leite de Barros Marques Zanforlin

CENTRO MARISTA DE DEFESA DA INFÂNCIA

Diretor

Ir. Valdir Gugiel

Gerente

Bárbara Pimpão Ferreira

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR

Reitor

Ir. Rogério Renato Mateucci

Vice-Reitor

Prof. Vidal Martins

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Profª. Paula Cristina Trevilatto

Diretora de Pesquisa

Profª. Vanessa Santos Sotomaior

DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Bispo

Dom Celso Antônio Marchiori

EQUIPE DO PROJETO ECOS DE PROTEÇÃO

Coordenação do Projeto

Bárbara Pimpão Ferreira

José André de Azevedo

Equipe CMDI

Gizele Barbosa

Jaqueline Rodrigues Verneque

Rivaldo Dionizio Candido

Equipe do projeto Diocese de São José dos Pinhais

Pe. Celmo Suchek de Lima

Léo Marcelo Plantes Machado

Rosa Maria Ramos Mildemberger

Professores Pesquisadores PUCPR

Profª Caroline Filla Rosaneli

Prof. Pe. Marcio Luiz Fernandes

Discentes de Pós-Graduação PUCPR

Kathleen Vieira (Doutorado em Teologia)

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa (Doutorado em Educação)

Professores Pesquisadores PUCRS

Prof. Cristiano Hamann

Profª. Marcia Veiga da Silva

Discentes de Pós-Graduação PUCRS

Estéfano Elias Risso (Doutorado em Filosofia)

Guilherme Schoeninger Vieira (Doutorado em Direito)

Parceria

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS

Reitor

Ir. Manuir José Mentges

Vice-Reitor

Ir. Marcelo Bonhemberger

Coordenador do Centro Marista de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ir. Sandro André Bobrzyk

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza

Diretora de Pesquisa

Prof^a. Maria Martha Campos

INSTITUIÇÕES APOIADORAS

Núcleo Lux Mundi

FINANCIADOR

Porticus Latin America Eireli

A Porticus é uma organização filantrópica que tem como objetivo contribuir para um futuro justo e sustentável no qual a dignidade humana floresça. A organização atua com parceiros locais e globais em busca de mudanças sistêmicas e soluções em quatro áreas: meio ambiente, sociedade civil, educação e comunidades de fé.

Produção Relatório

Autoria

Rivaldo Dionizio Candido

Revisão técnica

Bárbara Pimpão Ferreira

Daniel Fassa Evangelista

Eliane Freire Rodrigues de Souza De Carli

Estéfano Elias Risso

Guilherme Schoeninger Vieira

José André de Azevedo

Kathleen Vieira

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa

Profª Caroline Filla Rosaneli

Prof. Pe. Marcio Luiz Fernandes

Prof. Cristiano Hamann

Profª. Marcia Veiga da Silva

Revisão ortográfica

AlphaÔmega Traduções

Diagramação

Juliane Ramos

APRESENTAÇÃO

O projeto ECOSSISTEMA DE DEFESA E PROTEÇÃO DAS INFÂNCIAS E PESSOAS VULNERÁVEIS NOS ÂMBITOS ECLESIAL E CIVIL, é uma realização do Centro Marista de Defesa da Infância (CMDI), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), da Diocese de São José dos Pinhais e da Porticus Latin America Eireli, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e apoio do Núcleo Lux Mundi¹ (NLM), da Província Marista Brasil Centro-Sul e Farol 1817. Com o objetivo de consolidar conhecimentos sobre o ecossistema de defesa e proteção no enfrentamento às violências contra crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis, por meio da formação continuada e comunicação com *foco na prevenção*, seu desenvolvimento está organizado em duas iniciativas: pesquisa e comunicação. O Projeto tem identidade visual própria e divulgação específica, como **Ecos de Proteção: Cuidado Integral e Defesa das Infâncias**²

A pesquisa está dividida em três eixos e seus relatórios específicos:

1. pesquisa de campo sobre proteção às infâncias na Diocese de São José dos Pinhais (Volume I): investigar como o ecossistema de proteção está estruturado; mapear o perfil e o conhecimento dos religiosos(as) e leigos(as) que participam da Diocese sobre políticas de proteção de crianças e adolescentes;
2. mapeamento da rede de proteção da criança e do adolescente (Volume II): mapear a rede de proteção; identificar oportunidades e potencialidades de fortalecimento da política de proteção no território da Diocese de São José dos Pinhais;
3. levantamento das publicações amigáveis sobre proteção às infâncias realizada pela Igreja Católica do Brasil e América Latina (Volume III): elencar os elementos da comunicação amigável, mapeamentos das publicações sobre prevenção às violências contra crianças e adolescentes na Igreja do Brasil e América Latina, análise dos materiais mapeados a partir de critérios da comunicação amigável.

1 O Núcleo Lux Mundi é uma iniciativa da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 2020, para fortalecer a proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis no âmbito da Igreja Católica no Brasil. Para saber mais acesse o site: <https://nucleoluxmundi.crbnacional.org.br/>

2 Para saber mais acesse o site: <https://centrodedefesa.org.br/projeto/ecosdeprotecao/>

O relatório propõe recomendações e estratégias para qualificação dos processos formativos, de escuta, apuração e encaminhamento, relação com o território e utilização de uma comunicação clara e amigável.

As pesquisas possuem caráter complementar, trazendo resultados que fortalecem a missão da Igreja na promoção de ambientes seguros para crianças e adolescentes e adultos vulneráveis fazerem sua experiência de fé. Essa é a força do ecossistema, ambiente formado por elementos que interagem de forma equilibrada e se fortalecem na atualização e atenção às necessidades e oportunidades de desenvolvimento identificadas. As pesquisas apresentadas em três volumes contribuem para o trabalho conjunto e articulado em rede conectando ações, instituições e pessoas na promoção do cuidado integral, defesa e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis.

Boa leitura!

Ir. Valdir Gugiel

Diretor

Centro Marista de Defesa da Infância

PALAVRA INSTITUCIONAL

Ao folhear as páginas deste relatório, somos convidados a ouvir os ecos de uma esperança que se renova a cada gesto de cuidado, a cada aliança firmada em prol das infâncias. O projeto “Ecos de Proteção” é mais do que um compêndio de dados e análises: é o testemunho vivo de que a proteção das crianças e adolescentes nasce do encontro entre ciência, fé e compromisso coletivo.

Neste ecossistema, cada instituição, cada liderança, cada pessoa é como uma árvore que, ao lançar raízes profundas na terra fértil da solidariedade, sustenta a floresta da proteção integral. A PUCPR, ao lado de parceiros como o Centro Marista de Defesa da Infância, PUCRS, Núcleo Lux Mundi, Diocese de São José dos Pinhais e Porticus, reafirma sua missão de promover ambientes seguros, onde a dignidade e os direitos das infâncias florescem.

As pesquisas aqui reunidas revelam não apenas desafios, mas também caminhos: mostram que a prevenção da violência exige diálogo aberto, formação permanente e redes colaborativas que ultrapassem fronteiras institucionais. Cada dado, cada voz ouvida, cada prática mapeada é um convite à ação, à escuta sensível e à construção de políticas públicas mais justas e eficazes.

Que este relatório inspire estudantes, religiosos, líderes pastorais e toda a comunidade a serem guardiões atentos e criativos do cuidado. Que possamos, juntos, ampliar os horizontes da proteção, tecendo uma rede onde nenhuma criança ou adolescente fique à margem do afeto, da justiça e da esperança.

Seguimos, assim, ecoando o chamado à responsabilidade compartilhada. Boa leitura!

Irmão Rogério Renato Mateucci
Reitor

Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR

PALAVRA INSTITUCIONAL

Nosso Senhor Jesus Cristo chama cada fiel a ser exemplo luminoso de virtude, integridade e santidade.

(Vos estis lux mundi, 2023)

Como pastor da Igreja particular de São José dos Pinhais, reconheço com profunda gratidão o caminho que percorremos juntos no projeto "Ecos de Proteção". Louvo a Deus, que iluminou constantemente a sua Igreja com a luz necessária para o discernimento. Reconheço, com apreço, as instituições que caminharam conosco nesta missão. E agradeço, de modo especial, às nossas comunidades, que acolheram com sensibilidade e responsabilidade este chamado urgente à cultura do cuidado e da escuta.

A proteção das crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade é parte essencial do Evangelho. Jesus nos ensinou, com doçura e firmeza: "Quem acolhe em meu nome uma destas crianças, a mim que acolhe" (Mc 9,37), e advertiu: "Quem provocar a queda de um só destes pequeninos..." (Mt 18,6). Proteger é, portanto, acolher o próprio Cristo e assumir com seriedade a responsabilidade evangélica de cuidar de cada vida.

Desde 2024, quando iniciamos este caminho com o Centro Marista de Defesa da Infância, a PUCPR, a PUCRS, o Núcleo Lux Mundi e a Porticus, compreendemos que este projeto não é apenas uma pesquisa, mas um verdadeiro processo de conversão pastoral. Que exige escuta, autocrítica, formação e coragem. Que pede de nós transparência, responsabilidade e maturidade. Que nos ajuda a olhar para dentro com verdade, e para fora com sensibilidade, reconhecendo que a missão evangelizadora só é autêntica quando nasce de ambientes seguros e relações saudáveis.

O que este relatório apresenta é fruto de um percurso intenso, vivido com seriedade e espírito de comunhão. São análises territoriais, levantamentos da rede de proteção, escutas comunitárias, estudos sobre comunicação amigável e mapeamentos que nos permitem enxergar, com clareza, tanto nossas potencialidades quanto nossas fragilidades. Este material nos oferece um diagnóstico realista e, ao mesmo tempo, inspirador: aponta caminhos, indica urgências e revela possibilidades de crescimento.

Não se trata de uma conclusão, mas de um ponto de partida para um caminho sinodal no qual aprendemos a caminhar juntos, discernir juntos e assumir juntos a missão de promover ambientes verdadeiramente seguros. Agora, somos

chamados a transformar o conhecimento em prática pastoral, as informações em processos formativos, as percepções em protocolos concretos. O projeto “Ecos de Proteção” seguirá conosco como referência permanente, ajudando-nos a amadurecer políticas de prevenção, promover ambientes seguros e cultivar uma cultura eclesial em que nenhuma vida vulnerável seja negligenciada ou invisibilizada.

Agradeço às equipes acadêmicas e pastorais, aos padres, diáconos, religiosos, lideranças leigas, catequistas e colaboradores que contribuíram para este processo. Que cada passo dado nos ajude a sermos uma Igreja cada vez mais fraterna, madura e responsável.

Peço que este relatório seja lido não como um documento técnico, mas como um chamado do Espírito. Um convite à conversão comunitária. Um compromisso renovado com a vida.

Que São José, guardião silencioso e fiel, nos acompanhe nessa missão. Que a Virgem Maria, Mãe da ternura e do cuidado, nos ajude a construir uma Igreja onde cada criança seja amada, respeitada e protegida.

Com minha bênção e minha estima,

Dom Celso Antônio Marchiori
Bispo Diocesano de São José dos Pinhais

PALAVRA INSTITUCIONAL

O compromisso com a proteção integral das infâncias é uma das expressões mais belas da missão educativa e evangelizadora do carisma marista. Cuidar das crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis, em todos os espaços onde estamos presentes é assumir concretamente a defesa da dignidade humana e a construção de uma cultura da proteção e do cuidado. O projeto “Ecos de Proteção”, desenvolvido pelo Centro Marista de Defesa da Infância, em parceria com as Universidades Maristas e instituições eclesiais e civis, representa contribuição significativa nesse caminho de fidelidade criativa ao Evangelho e à nossa tradição educativa.

Inspirado por essa convicção, o projeto **“Ecos de Proteção: Cuidado Integral e Defesa das Infâncias”** reafirma o compromisso em cooperar com a Igreja na construção de uma cultura da proteção e da corresponsabilidade. A partir da escuta e da pesquisa, das ações de incidência e formação, este trabalho traduz em prática o apelo do Papa Francisco, por uma “Igreja samaritana”, capaz de cuidar das feridas humanas e de gerar espaços seguros.

O mapeamento das redes de proteção e o estudo sobre comunicação amigável à infância e à adolescência revelam a força do diálogo entre fé e ciência. Nesse sentido, cabe destacar a atuação conjunta entre pesquisadores e estudantes da PUCRS e PUCPR nos trabalhos conduzidos ao longo de 2025. As conclusões alcançadas apontam que a prevenção das violências exige articulação entre políticas públicas, instituições educativas e comunidades eclesiais. Tal caminho se alinha à **Carta Apostólica Vos Estis Lux Mundi** (2019), que convoca toda a Igreja a implementar mecanismos eficazes de prevenção, acolhida e responsabilização.

Diante da Exortação Apostólica *Dilexi Te*, do Santo Padre Leão XIV, sobre o amor para com os pobres, é necessário reafirmar que a Igreja, inspirada no exemplo do Mestre que ensinava ao povo as verdades divinas e humanas, [...] assumiu como missão formar as crianças e os jovens, especialmente os mais pobres, na verdade e no amor. E desta elevada missão implica o referido dever de proteção, objeto central deste estudo.

O Centro Marista de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente entende que evangelizar também é proteger. Cada dado, cada testemunho e cada iniciativa descrita nestes relatórios são sementes do Reino, lançadas no terreno fecundo da esperança. A missão educativa marista, iluminada pela

espiritualidade de São Marcelino Champagnat, convida-nos a ver em cada criança o rosto de Jesus, e a transformar nossos ambientes em espaços de amor, cuidado e justiça.

Que esta publicação inspire toda a Igreja e a sociedade a assumir com renovado ardor o compromisso de promover a vida e a dignidade das infâncias. Que o Espírito do Senhor, que faz novas todas as coisas, continue guiando-nos na tarefa de construir, juntos, uma cultura de cuidado, ternura e proteção.

Fraternalmente,

Prof. Dr. Ir. Sandro André Bobrzyk
Decano da Escola de Direito da PUCRS
**Coordenador do Centro Marista de Promoção dos
Direitos da Criança e do Adolescente - PUCRS**

PALAVRA INSTITUCIONAL

A proteção integral de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis é, antes de tudo, um chamado de amor. Um compromisso ético, humano e comunitário que nos convida a caminhar juntos, somando saberes, responsabilidades e esperanças. Este relatório executivo, reúne os resultados das pesquisas do projeto “Ecos de Proteção: cuidado integral e defesa das infâncias”, fruto da parceria entre as organizações aqui envolvidas, unidas pelo desejo de fortalecer políticas e práticas de prevenção de violências.

As informações reunidas ampliam nosso olhar sobre as realidades vividas por crianças e adolescentes e ajudam a aprimorar os mecanismos de cuidado e proteção. Os dados evidenciam, de forma clara e sensível, a importância de uma atuação integrada: instituições, redes de apoio e profissionais unidos na defesa dos direitos humanos e na construção de ambientes verdadeiramente seguros e acolhedores.

Iniciativas como esta do CMDI, edificam um ecossistema de cuidado, no qual cada organização oferece, com dedicação e complementaridade, contribuições para práticas responsáveis, humanas e eficazes.

Este trabalho também ecoa o chamado a uma transformação ética e cultural profunda. A Igreja tem recordado que a transparência, a verdade e a coragem são essenciais para que situações dolorosas não se repitam. O Papa Francisco, no Motu Próprio Vos Estis Lux Mundi (2023), sublinha que a prevenção de abusos nasce de uma conversão contínua e sincera do coração, manifestada em ações concretas que impeçam e enfrentem este mal. É dessa fonte espiritual que brota o compromisso das instituições envolvidas em promover uma cultura de cuidado, proteção e acolhimento.

Este relatório é, por isso, mais do que um conjunto de dados: é um passo amoroso em uma jornada que exige vigilância, compromisso e cooperação. Que suas conclusões fortaleçam ainda mais o caminho já percorrido e recordem que proteger crianças, adolescentes e adultos vulneráveis é missão de todos — e começa, de forma simples e profunda, em cada um de nós.

Desejo ainda expressar, com gratidão, a inspiração que encontro no ministério do Papa Francisco. Sua humildade, sua ternura para com os mais frágeis e suas palavras sempre cheias de esperança e amor iluminam este caminho. Entre suas muitas mensagens, guardo especialmente a lembrança de um conselho seu, tão

belo quanto verdadeiro, atribuído a Santa Teresa de Calcutá: “Por onde começar? Por ti e por mim.” É com essa luz que seguimos, de coração aberto e confiantes, firmes na missão de promover prevenção, cuidado e responsabilidade — passos concretos do amor de Deus vivo entre nós, na busca por relações seguras, ambientes seguros e processos seguros.

Eliane De Carli
Coordenadora
Núcleo Lux Mundi

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. PROTEÇÃO ÀS INFÂNCIAS NA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	22
2.1. Objetivo	22
2.2. Percurso do projeto	22
2.3. Resultados	23
Perfil do público participante	23
Atuação com crianças e adolescentes	24
Proteção às crianças, adolescente e adultos vulneráveis	25
Formações sobre proteção à crianças, adolescentes e adultos vulneráveis	27
3. MAPEAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO DA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	28
3.1. Objetivo	28
3.2. Percurso do projeto	28
3.3. Resultados	29
Descrição do território	29
Panorama dos equipamentos da rede de proteção	30
A Igreja e o cuidado	31
4. COMUNICAÇÃO AMIGÁVEL SOBRE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS	32
4.1. Objetivos	32
4.2. Percurso do projeto	32
4.2.1. Revisão integrativa	32
4.2.2. Mapeamento e análise de conteúdo	34
4.3. Resultados	35
Publicações amigáveis sobre proteção de crianças e adolescentes na Igreja	36
5. RECOMENDAÇÕES	38
5.1. Proteção à crianças, adolescentes e adultos vulneráveis	38
5.2. Mapeamento da rede de proteção do território	39
5.3. Comunicação amigável sobre prevenção às violências	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO A – Artigos analisados na Revisão Integrativa (RI)	43
ANEXO B – Materiais de Comunicação Amigável	45
ANEXO C – Lista de quadros	46



1. INTRODUÇÃO

Os direitos humanos de crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade sempre ocupam espaço na agenda política, pesquisas acadêmicas e outras instituições estatais. Numa atuação pela defesa e proteção de seus direitos, busca-se estabelecer legislações nacionais e compromissos internacionais demarcando um compromisso ético para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. São exemplos a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1945) do qual o Brasil é signatário; a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) ratificada pelo Brasil; a Constituição Federal (Brasil, 1988), especificamente o art. 277; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e outras legislações que foram definidas em resposta às necessidades emergentes e aprimoramento do ordenamento jurídico para garantir a prioridade absoluta da criança e adolescente no país.

No âmbito eclesial a proteção aos mais vulneráveis é tratada sob a missão de tutela³. No ano de 2001, o Papa João Paulo II publica a Carta Apostólica *Sacramentorum Sanctitatis Tutela* (João Paulo II, 2001) em que estabelece normas para tratar de delitos mais graves cometidos por clérigos. Já Bento XVI com a Carta Pastoral aos Católicos na Irlanda (Bento XVI, 2010), ao tratar dos abusos por parte de membros da igreja da Irlanda expressou sua proximidade às vítimas e, além disso, propôs um caminho de cura, renovação e reparação. Por último o Papa Francisco concretiza o itinerário de seus predecessores com a instituição da Comissão Pontifícia para a Proteção dos Menores e a Carta Apostólica *Vos Estis Lux Mundi* (Francisco, 2023) que são decisivos para a promoção de uma cultura do cuidado. O caminho percorrido pela Igreja demonstra sua preocupação permanente com a proteção das crianças, adolescentes e adultos vulneráveis⁴.

Consolidar uma “cultura do cuidado” no contexto eclesial exige atenção às especificidades culturais locais, inclusive na manifestação da fé; a observância da legislação estatais estabelecidas para prevenção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes; o estabelecimento de uma comunicação adequada

3 O termo “tutela” possui uma dupla conotação relevante no contexto eclesial e jurídico. No âmbito da teologia e da pastoral, a Igreja utiliza “tutela” em sentido ampliado, referindo-se à missão de amparo e cuidado espiritual e social dos mais vulneráveis, conforme o mandamento evangélico da caridade. Já na legislação brasileira, “tutela” assume um significado técnicojurídico específico, ligado à proteção legal de pessoas civilmente incapazes ou à defesa de direitos perante o Estado. Assim, sua adoção no contexto eclesial deve ser compreendida em chave pastoral e ética, sem se confundir com o uso restrito do direito civil.

4 A Igreja entende por adulto vulnerável, “toda a pessoa em estado de enfermidade, deficiência física ou psíquica, ou de privação da liberdade pessoal que de facto, mesmo ocasionalmente, limite a sua capacidade de entender ou querer e, em todo o caso, de resistir à ofensa” (VELM, 2023). No âmbito dos Direitos Humanos a denominação correta para se referir a indivíduos ou grupos que tem seus direitos violados ou fragilizados é “pessoa em situação de vulnerabilidade”, porém, por se tratar de uma pesquisa sobre o âmbito eclesial, optou-se por utilizar o termo canônico.



para tratar do tema exaltando a dignidade da pessoa. O diálogo entre a Igreja com o Estado e a sociedade civil, a proximidade com as famílias e a formação das lideranças católicas, agentes pastorais, sacerdotes e religiosos é o que pode garantir ambientes seguros e acolhedores para que crianças, adolescentes e adultos vulneráveis possam fazer seu caminho de fé.

Nesse contexto, se constitui o projeto “Ecossistema de Defesa e Proteção das Infâncias e Pessoas Vulneráveis nos Âmbitos Eclesial e Civil”, conhecido como “Ecos de Proteção”, com iniciativas de comunicação sobre proteção às crianças e adolescentes para toda Igreja do Brasil e desenvolvimento de três pesquisas sobre proteção na Diocese de São José dos Pinhais e comunicação amigável na Igreja do Brasil e América Latina.

A primeira foi uma pesquisa de campo sobre a proteção às infâncias na Diocese de São José dos Pinhais que teve como finalidade investigar percepções, práticas e necessidades de presbíteros, religiosos e leigos em relação à prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes, subsidiando estratégias formativas e políticas de proteção mais eficazes. Para tal, utilizou da aplicação de um questionário e da realização de um grupo focal, sendo possível coletar as percepções e necessidades da diocese para o fortalecimento de uma cultura do cuidado, e para enfrentar desafios relacionados à disseminação de informações, à superação de barreiras culturais e à consolidação de processos permanentes de formação.

A segunda pesquisa realizou o mapeamento da rede de proteção da criança e do adolescente dos quatorze municípios que integram o território da Diocese de São José dos Pinhais. O estudo detalhou o funcionamento dos equipamentos públicos que compõem a rede de cada município, com foco nas áreas de Assistência Social, Segurança Pública, Justiça e Saúde. Além de identificar os serviços disponíveis e suas formas de atuação, a pesquisa aponta possibilidades de coalizão entre as unidades do serviço público e as instâncias eclesiais do território, visando fortalecer a rede de proteção por meio de ações colaborativas, integradas e territorialmente contextualizadas.

A terceira pesquisa mapeou materiais de comunicação sobre proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual publicados pela Igreja, analisando-os com base na comunicação amigável. Dividida em duas fases, realizou uma revisão integrativa sobre comunicação amigável e mapeou as publicações dos sites das Conferências Episcopais da América Latina e das arquidioceses e dioceses do Brasil. Os resultados evidenciam a existência de boas



práticas comunicacionais voltadas a prevenção de violência, além de ressaltar a importância da ampliação e disseminação de abordagens comunicacionais sensíveis e acessíveis por parte da Igreja ao tratar do tema.

Assim, o presente relatório assume não apenas o papel de diagnóstico, mas também de subsídio à tomada de decisão e ao fortalecimento das políticas institucionais, formativas e pastorais. Pretende ser instrumento de reflexão, apoio e transformação social e comunitária, alimentando os itinerários de formação continuada e de construção de uma Igreja - e de uma sociedade - cada vez mais consciente de sua responsabilidade, transparente e proativa na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e da vida.





2. PROTEÇÃO ÀS INFÂNCIAS NA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

2.1 Objetivo

Contribuir para a promoção de ambientes seguros na Diocese de São José dos Pinhais, identificando percepções, práticas e necessidades de presbíteros, religiosos e leigos em relação à prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes e adultos vulneráveis, a fim de embasar estratégias educativas e políticas de proteção eficazes.

2.2 Percurso do projeto

Este estudo, conduzido pelo Marcio Luiz Fernandes, Caroline Filla Rosaneli e Kathleen Vieira (2025a), caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e analítica com abordagem quantitativa e qualitativa que se divide em duas etapas, a saber: aplicação de questionário online e realização de grupo focal, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE: 86778825.5.0000.0020).

O questionário com 19 questões relacionadas a proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis tanto no âmbito civil como eclesial foi aplicado a pessoas com vínculo com a Diocese de São José dos Pinhais – PR, totalizando 62 participantes.

O Grupo Focal ocorreu de forma online com duração de 01h e 40min com a participação de 08 pessoas a partir de roteiro estruturado com questões para aprofundar percepções dos participantes a respeito da proteção contra a violência na infância e adolescência, identificando crenças, princípios e valores, necessidades, e potencialidades específicas da diocese.



2.3 Resultados

Perfil do público participante

56%

» Predominância dos indivíduos entre 40 e 59 anos.

61%

» Predominância de mulheres.

75%

» Majoritariamente se denominam branca.

A maioria dos participantes desenvolve suas atividades pastorais em São José dos Pinhais (35%), refletindo o papel central do município como sede e principal polo religioso da Diocese; no entanto, observa-se também relevante atuação em Araucária (16%) e Piraquara (11%), ambas incluídas oficialmente na jurisdição diocesana.

Em relação ao vínculo com a Igreja, a maior parte dos respondentes afirmou ser catequistas (41%), seguindo de padres (16%) e seminaristas (9%).

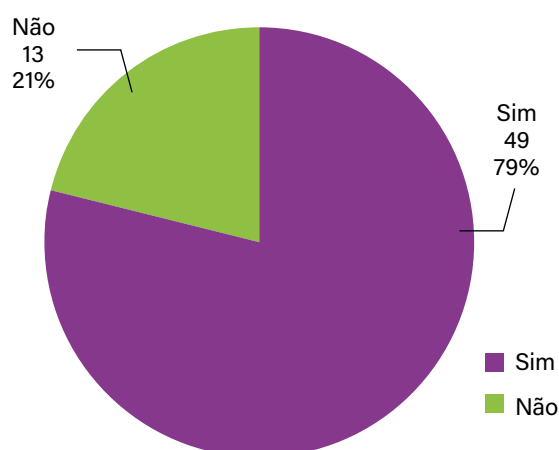
A maior parte dos respondentes possuía envolvimento com as atividades pastorais, sendo que 55% estão a mais de cinco anos na mesma função, e desse grupo 39% estão a mais de 10 anos.



Atuação com crianças e adolescentes

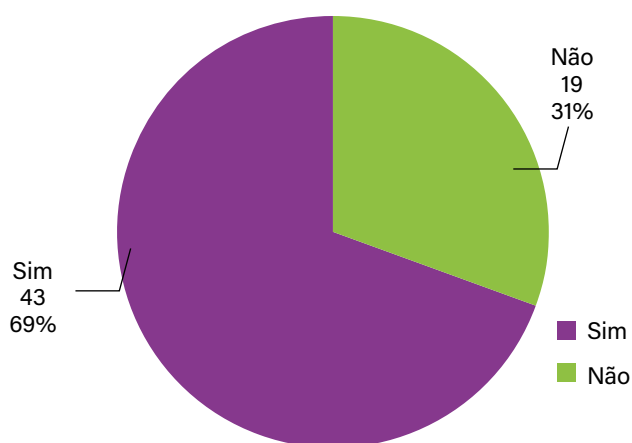
Entre os participantes da pesquisa, foi identificada uma maioria significativa de atividades focadas no atendimento a crianças e adolescentes, evidenciando a importância de ações de prevenção ao abuso voltadas a esse grupo etário nas iniciativas analisadas.

» Gráfico 1: Atendimento a crianças nas atividades realizadas



Fonte: Fernandes, Rosaneli, Vieira (2025a)

» Gráfico 2: Atendimento a adolescentes nas atividades realizadas



Fonte: Fernandes, Rosaneli, Vieira (2025a)

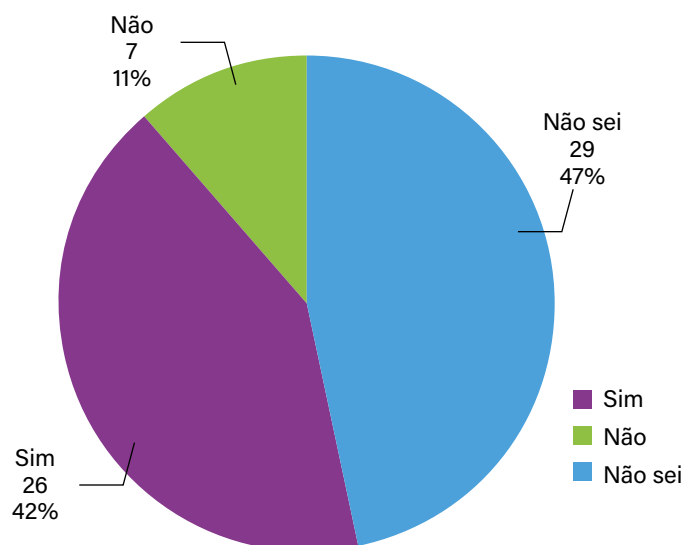
Segundo Fernandes, Rosaneli e Vieira (2025a), os resultados demonstram que ampliar e intensificar a formação dos agentes que atuam com crianças e adolescentes não é apenas recomendável, mas imprescindível para garantir direitos e promover ambientes eclesiais verdadeiramente protetores e seguros.



Proteção às crianças, adolescente e adultos vulneráveis

A pesquisa revela que a maior parte dos respondentes realizam atividades com crianças e adolescentes, como também de necessidade de maior conhecimento prático sobre as políticas de proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis no contexto Diocesano, Institutos Religiosos e Comunidades.

» Gráfico 3: Existência de política de proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis na Diocese, Instituto Religioso ou Comunidade



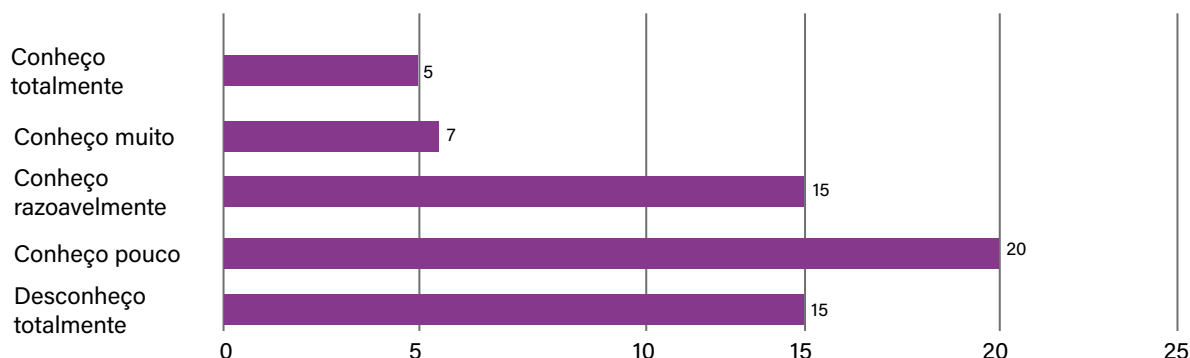
Fonte: Fernandes, Rosaneli, Vieira (2025a)

Menos da metade (42%) dos participantes afirma ter conhecimento da existência de uma política de proteção (gráfico 3), o que, segundo os autores (Fernandes, Rosaneli, Vieira, 2025a), compromete a capacidade de uma resposta adequada frente às situações de violência e violação de direitos.

Referente ao nível de conhecimento dos participantes sobre a rede de proteção às crianças, adolescentes e adultos vulneráveis do município, é evidente um conhecimento razoável ou menor.



» Gráfico 5: Conhecimento sobre a rede de proteção às crianças, adolescentes e adultos vulneráveis no município

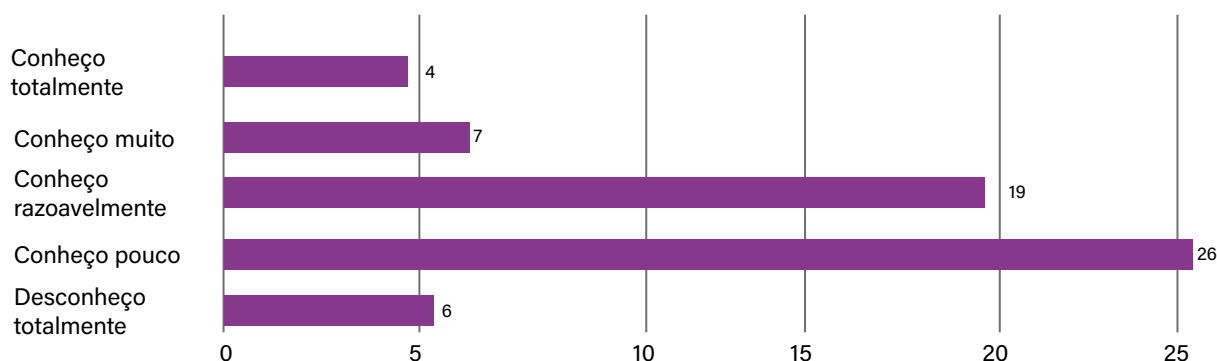


Fonte: Fernandes, Rosaneli, Vieira (2025a)

Os resultados apresentados nos gráficos 5 evidenciam a necessidade de conhecimento e acesso aos mecanismos de proteção às crianças, adolescentes e adultos vulneráveis, como delegacias especializadas, conselho tutelar, CRAS, CREAS, Ministério Público e Unidade Básica de Saúde (UBS). Para os autores (Fernandes, Rosaneli, Vieira, 2025a) há a necessidade de ações educativas e informativas para conhecimento das instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

A pesquisa também evidenciou a necessidade formativa com orientações para ouvir e acolher vítimas de violência contra crianças, adolescentes e adultos vulneráveis.

» Gráfico 7: Conhecimento sobre orientações para ouvir e acolher revelações de violência feitas por crianças, adolescentes e adultos vulneráveis



Fonte: Fernandes, Rosaneli, Vieira (2025a)

A maioria dos participantes declarou possuir pouco (26) ou conhecimento apenas razoável (19) sobre o tema. Há a necessidade de ampliar a formação de adultos de confiança que possam serem escolhidos por crianças, adolescentes e adultos vulneráveis para acolher um relato de violência.



Formações sobre proteção à crianças, adolescentes e adultos vulneráveis

A pesquisa revela um cenário de uma participação mais seletiva em formações sobre o tema, uma vez que 81% declararam não ter participado de formação sobre o tema em 2023. Os catequistas, familiares e líderes religiosos são os indicados como público prioritário para participar de processos formativos e os temas elencados foram:

- » Acolhimento de um relato de violência;
- » Atendimento e acompanhamento da vítima;
- » Tipos de violência;
- » Educação sexual para prevenção de violência sexual;
- » Conhecimento do direito canônico e civil no que se refere a crianças e adolescentes;
- » A relação das crianças e adolescentes com a internet.

Segundo os pesquisadores (Fernandes, Rosaneli, Vieira, 2025a), os resultados indicam que os agentes da Diocese reconhecem a importância de formações amplas, baseadas na escuta qualificada, protocolos de acolhimento, conhecimento legal e práticas de prevenção, além de compreenderem que essas ações devem priorizar catequistas, famílias e lideranças.





3. MAPEAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO DA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

3.1 Objetivo

Mapear a rede de proteção para crianças e adolescentes no território da diocese de São José dos Pinhais compreendendo a organização e o fluxo de encaminhamentos.

3.2 Percurso do projeto

Para realização desta pesquisa, Cristiano Hamann, Estéfano Elias Risso e Guilherme Schoeninger Vieira (2025b) conduziram um estudo voltado ao mapeamento da rede de proteção nos municípios que integram a Diocese de São José dos Pinhais, realizou-se uma análise dos dados demográficos e socioculturais da região, considerando o aspecto religioso como um elemento que implica diretamente na configuração comunitária dos territórios. Segundo os autores da pesquisa (Hamann, Risso, Vieira, 2025b), em diversas cidades, as instituições religiosas — especialmente as paróquias católicas mapeadas neste projeto — desempenham um papel relevante não apenas no âmbito espiritual, mas também na mediação social, na escuta de situações de vulnerabilidade e no encaminhamento para os serviços públicos.

Além do mapeamento da presença religiosa e das paróquias da diocese, foram elencadas três dimensões prioritárias - Assistência Social, Segurança Pública, Jurídica e Saúde, por constituírem na rede de proteção espaços de acolhida e tratativas relacionadas às violências: Conselhos Tutelares (CT), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), delegacias e Delegacias Especializadas, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Promotoria do Ministério Público e Centro de Inclusão Social do Adolescente (CISA).

O mapeamento baseou-se na pesquisa documental e exploratória, por meio da consulta a diferentes fontes de informação de acesso público e institucional: portais eletrônicos dos municípios; Mapa Estadual da Força-Tarefa Infância



Segura (FORTIS)⁵; Mapa-Social MDS (Ministério Do Desenvolvimento Social do Governo Federal) – MOPS⁶; Ofícios às prefeituras municipais; Levantamento em buscadores; Site do Ministério Público do Paraná; Site da Diocese de São José dos Pinhais; Censo Demográfico⁷.

3.3 Resultados

Descrição do território

Foram reunidos dados populacionais sobre número total de habitantes, crianças e adolescentes, e perfil religioso. Segundo os pesquisadores (2025), os resultados indicam:

- » **municípios mais populosos concentram maior demanda sobre os serviços**, exigindo estratégias de descentralização e diversificação da rede.
- » **municípios menores enfrentam desafios como escassez de recursos e ausência de serviços especializados**, tornando essencial a articulação regional.
- » **a presença significativa de comunidades católicas reforça sua inclusão no mapeamento**, pois sua capilaridade e vínculo histórico com as comunidades as qualificam como espaços estratégicos de acolhimento e encaminhamento à rede institucional.

5 Link de acesso: <https://fortis.mapas.pr.gov.br/>

6 Link de acesso: <https://mapa-social.mds.gov.br/>

7 Link de acesso: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>



» Tabela 1: Dados demográficos

Município	População (2022)	IDHM (2010)	Católicos (2022)	Evangélicos (2022)	População 0-19 anos
Agudos do Sul	10.233	0,666	66,6%	26,4%	28,28%
Araucária	151.666	0,758	55 %	31,6%	28,46%
Campo do Tenente	7.508	0,686	71,2%	26,4%	31,6%
Contenda	19.128	0,700	72,6%	21,4%	27,55%
Fazenda Rio Grande	148.873	0,720	48,3%	35,5%	31,56%
Lapa	45.003	0,730	80,4%	13,6%	25,65%
Mandirituba	27.439	0,660	69,5%	23,8%	28,09%
Piên	13.655	0,694	80,1%	16,9%	28,66%
Piraquara	118.730	0,700	39,2%	36,2%	29,66%
Quatro Barras	24.191	0,740	44,7%	36,2%	27,7%
Quitandinha	18.398	0,680	74,3%	22,1%	26,15%
Rio Negro	31.324	0,730	77,3%	16,2%	26,38%
São José dos Pinhais	329.628	0,760	53,1%	30,2%	27,55%
Tijucas do Sul	17.621	0,670	72,4%	20,6%	28,39%

Fonte 4: Hamann, Risso, Vieira (2025b)

Panorama dos equipamentos da rede de proteção

Em municípios de maior porte, como São José dos Pinhais e Araucária, concentra-se um número mais expressivo de equipamentos, o que reflete a necessidade de atender uma população numerosa e geograficamente dispersa.

Nos municípios de menor porte, como Piên, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do Sul, a estrutura é limitada a um Conselho Tutelar e um CRAS, com apenas um CREAS em alguns casos. Essa configuração, embora contemple os equipamentos básicos, revela baixa diversidade e capilaridade da rede, o que pode reduzir o alcance e a efetividade do atendimento, sobretudo em áreas mais distantes da sede municipal.

Embora o CREAS esteja presente em número reduzido, ainda assim compõem uma quantidade significativa, uma vez que se trata de um serviço especializado responsável por situações de maior complexidade e vulnerabilidade.



O panorama quantitativo reforça a percepção de que a **rede de proteção na região combina pontos de maior densidade de serviços com territórios mais frágeis**, nos quais a cobertura é limitada ao mínimo exigido pela política pública. Tal realidade, para os autores (Hamann, Risso, Vieira, 2025b) impõe a necessidade de pensar em estratégias de articulação intermunicipal e fortalecimento comunitário, para que todas as crianças e adolescentes tenham acesso efetivo à proteção integral.

A Igreja e o cuidado

No contexto da colaboração entre múltiplos atores sociais para eficácia do sistema de garantia de direitos, a Igreja Católica emerge como um ator social capilarizado, de potencial transformador e estratégico na defesa dos mais vulneráveis. As paróquias e instituições religiosas constituem espaços de encontro, socialização e pertencimento, onde circulam crianças, adolescentes, famílias e lideranças locais, fazendo da **Igreja um ator privilegiado no fortalecimento da rede de proteção à infância e à adolescência**.

Com sua presença capilarizada a Igreja cria vínculo de confiança sendo também, um espaço de acolhimento e escuta de onde surge a oportunidade da identificação de vulnerabilidades. **Ambientes como a catequese, grupos de jovens são ecossistemas de convivência e observação privilegiada** em que catequistas e lideranças da comunidade que convivem regularmente com crianças e adolescentes, sendo devidamente formados, se tornam agentes de proteção capazes de perceber mudanças sutis de comportamento, sinais de tristeza, agressividade, negligência que podem indicar situações de violação de direitos.

Não cabe a Igreja investigar, julgar ou solucionar os casos de violência por conta própria, mas é de sua responsabilidade atuar junto a rede de proteção. **Sempre que identificar uma suspeita de violência, a comunidade, através das lideranças, tem o dever moral, cívico e jurídico de acionar a rede de proteção, formalizando o encaminhamento.** Atuando assim, a Igreja contribui para a construção de uma cultura do cuidado e corresponsabilidade.



4. COMUNICAÇÃO AMIGÁVEL SOBRE PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS

4.1 Objetivos

Mapear e analisar materiais de comunicação amigável sobre proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual publicados pela Igreja do Brasil e América Latina.

4.2 Percurso do projeto

A pesquisa conduzida por Patrícia Helena Ribeiro Munhoz Costa e Márcia Veiga da Silva (2025c) foi dividida em duas etapas. A primeira etapa da pesquisa discutiu a compreensão sobre o termo “Comunicação Amigável”, exigindo uma pesquisa de revisão da literatura do tipo Revisão Integrativa (RI). A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicos para analisar estudos nacionais e internacionais sobre materiais de comunicação referentes a ações preventivas realizadas em diferentes contextos geográficos e culturais.

Na segunda etapa, mapeou-se os materiais de comunicação sobre proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual publicados nos sites oficiais e redes sociais da CRB, Núcleo Lux Mundi, CNBB, arquidioceses e dioceses do Brasil, e das conferências episcopais da América Latina. Os materiais mapeados foram submetidos a uma análise de conteúdo, considerando como critérios de análise dos materiais coletados os elementos que compõem uma “Comunicação Amigável”.

4.2.1 Revisão integrativa

A revisão integrativa teve como finalidade sintetizar o conhecimento existente sobre determinado tema a partir da coleta por bases de dados, avaliação dos resultados e síntese das evidências disponíveis. Este processo ocorre em seis fases: 1) formulação do problema, 2) busca na literatura, 3) seleção dos estudos, 4) análise crítica destes estudos, 5) discussão dos resultados e 6) apresentação/divulgação dos resultados da revisão integrativa.



As bases de dados selecionadas - *Scielo*, *Web of Science_Scielo Citation*, *Web of Science_Core Collection* e *Scopus* – com busca delimitada ao período de 10 anos (2014 – 2024), tiveram filtros aplicados e critérios de inclusão e exclusão que resultaram na seleção de 13 artigos (Anexo A).

A partir da revisão integrativa, as autoras (Munhoz da Costa, Veiga da Silva, 2025c) elencaram aspectos importantes para uma comunicação amigável no intuito de promover a proteção das crianças e adolescentes frente à violência sexual:

1. As ações de comunicação devem ter como base **o respeito ao outro**;
2. **Facilidade no acesso às informações** para realização de comunicação de casos de violência e para proteção das vítimas;
3. **Definição de público-alvo** (se adultos, crianças e/ou adolescentes) dos materiais de comunicação;
4. Quando possível ter a **participação direta do público-alvo** no desenvolvimento das ações de comunicação;
5. **Tipos de comunicação** potentes para a prevenção: a dramatização, as brincadeiras, os livros de estória, os jogos, os vídeos e recursos pedagógicos/educativos;
6. **Tipos de mídia adequados** ao público-alvo como vídeos curtos e interativos;
7. Linguagem (verbal) **simples e sem uso de estereótipos**;
8. Funcionalidade: **otimização cognitiva e inclusividade**;
9. Linguagem não verbal: além de ser livre de estereótipos, deve-se ter atenção para o uso de imagens reais de crianças, a recomendação é de **uso de recursos gráficos (como desenhos animados)**;
10. A **ludicidade** deve ser prevista na produção de materiais/ações de comunicação;
11. **Avaliação e validação** dos materiais comunicacionais por especialistas e pelo público-alvo.



As autoras (Munhoz Costa, Veiga da Silva, 2025c) ainda destacam outros elementos importantes para a melhoria na comunicação sobre a promoção de direitos e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes e que devem ser considerados como estratégicos:

- » **Promoção da autoconfiança e autoestima das crianças e adolescentes** para que possam reconhecer as situações de risco e identificar pessoas de confiança para pedir ajuda.
- » A importância da **formação de atores sociais**, sobre a proteção de crianças e adolescentes frente ao abuso sexual infantil.
- » A importância da **realização e circulação de pesquisas acadêmicas** sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.2.2 Mapeamento e análise de conteúdo

Foi realizado o mapeamento de publicações sobre prevenção às violências contra crianças e adolescentes feitas pela Igreja do Brasil e América Latina. Para tanto, foram acessadas todas as abas dos sites oficiais, links, parcerias e redes sociais (Youtube, Instagram e Facebook) das 13 Conferências Episcopais da América Latina, do site da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Núcleo Lux Mundi (NLM), CNBB e das 264 arquidioceses e dioceses do Brasil.

Foram identificados **694 materiais sobre proteção às infâncias**, sendo 261 materiais publicados pelas Conferências Episcopais da América Latina e 433 materiais publicados pela CRB, NLM, CNBB, dioceses e arquidioceses. Vale destacar que o Núcleo Lux Mundi e o site *Prevención de abusos* da Conferência Episcopal do Chile foram contabilizados apenas uma vez, considerando que esses dois se dedicam exclusivamente à proteção das infâncias e adultos vulneráveis.

Os materiais encontrados foram submetidos a análise de conteúdo (Franco, 2008; Bardin, 1977) tendo as seguintes categorias analíticas elencadas a partir da revisão integrativa:



1. Facilidade no acesso a informações essenciais;
2. Definição do público-alvo;
3. Tipos de comunicação dos materiais mapeados;
4. Tipos de mídia adequados ao público-alvo;
5. Linguagem (verbal e não-verbal) simples e sem uso de estereótipos;
6. Funcionalidade dos materiais.

4.3 Resultados

Os materiais de comunicação coletados foram: notícias, documentos oficiais, posts em redes sociais e abas para páginas focadas na Proteção e Defesa de Crianças, Adolescentes e adultos vulneráveis.

A pesquisa identificou a **ausência de materiais de comunicação sobre proteção e prevenção**, em alguns sites nem mesmo foi identificada a aba sobre Política de Proteção ou Comissão de Proteção de crianças e adolescentes:

- » 22 Conferências Episcopais na América Latina: **somente 9 (41%)** (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Urugway e Venezuela) possuem a aba de Proteção e Prevenção com informações relevantes;
- » 264 arquidioceses e dioceses do Brasil: **somente 67 (25%)** apresentam esta aba com informações relevantes.

Os dados indicam a necessidade de maior divulgação de informações sobre prevenção na Igreja do Brasil, através da publicação dos canais para comunicação da violência. Esses dados são lidos à luz da primeira categoria analítica, **de facilitar o acesso às informações sobre onde realizar comunicação sobre casos de violência e buscar proteção das vítimas.**



A maioria dos materiais divulgados nos sites das instituições é de notícias, seguida de documentos e publicações em redes sociais. **Todas as notícias são voltadas para o público adulto e alfabetizado**, não sendo contemplados os públicos de crianças, adolescente, pessoas analfabetas. A maioria delas não é produzida localmente, são conteúdos com temáticas amplas que circulam igualmente por todas as regionais. De acordo com as autoras (Munhoz Costa, Veiga da Silva, 2025c), isso demonstra a necessidade de privilegiar as dimensões culturais locais na criação dos materiais comunicacionais.

A publicação de documentos como forma de comunicação sobre Proteção e Defesa de crianças e adolescentes frente a violência sexual também pode ser um limitador da ação comunicativa sobre o tema. Com uma **linguagem mais técnica e hermética, os documentos se restringem a lideranças e religiosos(as) e sacerdotes** demonstrando a necessidade da adoção de uma linguagem simples.

Nas redes sociais os posts selecionados na pesquisa aparecem como ação mais próxima de uma comunicação amigável, com **linguagem verbal e imagética simples, com uso de recursos lúdicos, desenhos gráficos, e capacidade de atingir diversos públicos**, inclusive de adolescentes e crianças.

De acordo com as pesquisadoras (Munhoz Costa, Veiga da Silva, 2025c), as publicações analisadas demonstram uma limitação na realização de uma comunicação efetiva e qualificada para prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Publicações amigáveis sobre proteção de crianças e adolescentes na Igreja

Na pesquisa foram encontrados bons exemplos de materiais e práticas de prevenção da violência e proteção de crianças e adolescentes publicados pelas conferências episcopais, arquidioceses e dioceses⁸:

1. Bolívia: foi identificado material de comunicação com layout atrativo, distribuição de texto dinâmica com frases diretas, imagens que dialogam com o texto e não reforçam estereótipos. O material informa de maneira educativa explicando como agir diante de uma vítima e a importância da escuta.
2. Chile: na primeira página do site há destaque para uma chamada com link ao site de prevenção aos abusos. O site possui layout moderno com cores chamativas e leves, e textos curtos e diretos. Os materiais de comunicação

⁸ Os links para acesso aos materiais podem ser encontrados no Anexo B.



possuem desenhos gráficos e especificidades para diferentes ambientes, a saber: educacionais, paróquias e comunidades.

3. Brasil: foram identificadas publicações de arquidioceses, dioceses, CRB e NLM sobre ações preventivas, voltadas para adultos que atuam no âmbito eclesial, sobre formações e informações a respeito da prevenção de violências contra crianças e adolescentes.
4. Colômbia: foram destacados os materiais na aba “Cultura do Cuidado” destinados a formação e capacitação de adultos em âmbito eclesial, evidenciando a preocupação com o tema e o desenvolvimento de ações preventivas.
5. Venezuela: foram destacados os 28 protocolos de boas práticas das dioceses do país que, embora voltados exclusivamente ao público adulto, revelam a preocupação em produzir materiais locais, levando em conta as dimensões culturais específicas de cada território.

Em relação à Igreja do Brasil, através das notícias, foram identificados outros produtos e atitudes comunicacionais sobre proteção e prevenção a violência, como, atividades educacionais em escolas, realização de oficinas, seminários e atividades lúdicas voltadas para crianças e adolescentes desenvolvidas pelas arquidioceses, dioceses ou instituições parceiras. As pesquisadoras Munhoz da Costa e Veiga da Silva (2025c) destacam o uso da *Campanha Faça Bonito*, a parceria da Diocese de Petrópolis com a *Reconciliatio* e as ações da Acopamec na Arquidiocese de Salvador:

1. A *Campanha Faça Bonito*, uma ação civil que a Igreja do Brasil usa fortemente para promover ações locais, cursos de capacitação e abertura de diálogo sobre o tema em sua comunidade. Logo, a campanha aparece nos sites e redes sociais de praticamente todas as arquidioceses e dioceses, da CRB e NLM. Os materiais da campanha informam e educam para a prevenção e proteção de crianças e adolescentes, utilizando de um layout colorido, imagens gráficas, texto objetivo, letras grandes e frases curtas.
2. A *Reconciliatio* possui um programa de promoção de cursos e formação sobre prevenção de abusos e promoção de ambientes seguros para crianças, adolescentes e adultos vulneráveis para o Brasil e América Latina. Seus posts no *Instagram* demonstram características da Comunicação Amigável promovendo uma comunicação preventiva efetiva.



3. A Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec) possui intensa ação de prevenção a violência sexual de crianças e adolescentes. Promovem o aumento da capacidade de comunicação e autoestima com atividades de apoio ao desenvolvimento escolar no contraturno e orientação para os educadores sociais.

As pesquisadoras ainda destacam outras duas ações promovidas diretamente com o público-alvo utilizando de elementos educativos e preventivos: as atividades realizadas em escola estadual para alertar criança sobre abuso e exploração divulgadas por notícia no site da arquidiocese de Manaus (norte 1); e a etapa do Projeto Saúde Nota 10 realizado pela Cáritas da Diocese de Óbidos (norte 2) com crianças e adolescentes estudantes para disseminação do conhecimento sobre as funções dos órgãos da rede de proteção.





5. RECOMENDAÇÕES

A missão evangelizadora da Igreja inclui o compromisso com a proteção integral de crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade. Em sintonia com os marcos legais, pastorais e sociais, é essencial que a Igreja local em comunhão com toda Igreja promova ações concretas que fortaleçam ambientes seguros, acolhedores e preventivos em todas as suas comunidades.

Embora a pesquisa tenha um recorte territorial aplicado a uma diocese, a partir dos resultados alcançados nas pesquisas realizadas se propõem recomendações para toda Igreja do Brasil, organizadas em três eixos estratégicos:

5.1 Proteção à crianças, adolescentes e adultos vulneráveis

- » Divulgar e promover formações sobre a rede de proteção vigente nos municípios, utilizando materiais de comunicação amigável da Rede Marista de Proteção, bem como de outros órgãos parceiros.
- » Ampliar as oportunidades de formação sobre o cuidado e a proteção de crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade.
- » Capacitação em protocolos de escuta, acolhimento e encaminhamento de relatos de violência feitos por crianças e adolescentes.





5.2 Mapeamento da rede de proteção do território

- » Elaborar políticas de proteção e protocolos que considerem a prevenção, o contexto da diocese e a formação do público.
- » Estabelecer um protocolo interno para o enfrentamento de situações de violência, garantindo a articulação com a rede de proteção nas etapas de notificação, em conformidade com os serviços estatais e considerando as necessidades das vítimas e testemunhas.
- » Promover formações contínuas, nas quais se explicita os tipos de violência, os sinais de alerta para possíveis situações de violência, os procedimentos de comunicação e encaminhamento seguro da criança e adolescente vítima de violência.
- » Incluir o tema em materiais educativos preventivos, disponibilizados nos espaços eclesiais ou mesmo a inclusão nos currículos formativos.

5.3 Comunicação amigável sobre prevenção às violências

- » Criar a aba “Política de Proteção” em destaque no início da primeira página do site oficial da Diocese, a qual deve conter informações úteis de como e onde realizar comunicações de violência sofridas.
- » Elaborar materiais de comunicação amigável sobre prevenção das violências e como acolher uma vítima de violência e disponibilizar os materiais de forma acessível no site oficial da Diocese.
- » Nas redes sociais criar um “destaque” de Prevenção e Proteção para se concentrar posts sobre este tema e fixar post com informações sobre onde e como denunciar.
- » Desenvolver materiais e ações de comunicação amigável tendo como guia o e-book de Comunicação Amigável fruto da presente pesquisa.

Essas diretrizes propõem caminhos práticos e colaborativos para que a Igreja avance na construção de uma cultura do cuidado, fundamentada na escuta ativa, na corresponsabilidade e na formação contínua.



REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO XVI. **Carta pastoral aos católicos da Irlanda**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2010. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2010/documents/hf_ben-xvi_let_20100319_church-ireland.html>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania - MOPS**. Disponível em: <https://mapa-social.mds.gov.br/>. Acesso em: jul. 2025.

FERNANDES, M. L; Rosaneli, C; Vieira K. **Ecos de Proteção**: Proteção às infâncias e adultos vulneráveis na Diocese de São José dos Pinhais. Curitiba: PUCPR, 2025a.

FRANCISCO. Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi*. Vaticano, 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/20230325-motu-proprio-vos-estis-lux-mundi-aggiornato.html. Acesso em: 25 jul. 2025.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

Hamann, C; Risso, E; Vieira, G. **Ecos de Proteção**: Mapeamento da rede de proteção do território da Diocese de São José dos Pinhais. Curitiba: PUCPR, 2025b.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022. Panorama. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: jul. 2025.

JOÃO PAULO II. **Sacramentorum sanctitatis tutela**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2001. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/>



john-paul-ii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_20020110_sacramentorum-sanctitatis-tutela.html>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Munhoz Costa, P; Veiga da Silva, M. **Ecos de Proteção**: Comunicação amigável sobre prevenção às violências. Curitiba: PUCPR, 2025c.

ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova York, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

Paraná (Estado). Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Força Tarefa Infância Segura - FORTIS**. Mapa Interativo. Disponível em: <https://fortis.mapas.pr.gov.br/>. Acesso em: jul. 2025.





ANEXO A

Artigos analisados na Revisão Integrativa (RI)

DÍAS-CRUZ, P.C. RODRÍGUEZ-LIZARRALDE, C. Trata de menores com fines de explotación: estratégias de prevención em la región de Bogotá. URVIO, Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad No. 33, p. 37 – 52, 2022.

HÖJER, S. HULTMAN, E. & LARSSON, M. What do actors in child protection processes in Sweden know about children's rights to participation and about talking to children? Nordic Social Work Research, 13:3, p. 486-499, 2023. DOI: 10.1080/2156857X.2022.2041072.

MANFUL, E. CUDJOE, E. ABDULLAH, A. Towards child-inclusive practices in child protection in Ghana: perspectives from parents. Children and Youth Services Review, Elsevier Ltd. 2020.

MATOS, K. STELKO-PEREIRA, A. Análise aparente de tecnologia Educativa para universitários sobre abuso sexual infantil. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 20, p. 349 – 352, 2015.

MOREIRA, D. COSTA, L. Psychosocial intervention in sexual violence against children: reflexivity and psychodramatic resource. Revista Brasileira de psicodrama, São Paulo, v. 29, nº 1, p. 16 – 25, 2021.

PEREDA, N. et al. Explotación sexual comercial infantil y adolescente: una aproximación a la situación en España. Papeles del Psicólogo, vol. 42(3), p. 193 – 199, 2021. <https://doi.org/10.23923/pap.psicol.2966>.

RUSSELL, D. HIGGINS, D. POSSO, A. Preventing child sexual abuse: a systematic review of interventions and their efficacy in developing countries. Child Abuse & Neglect, Elsevier Ltd. 2020.

SIERRA, G. GONZÁLEZ-TORRES, M. Desafíos del sistema educativo frente al abuso sexual en la infancia. Revista de Educación, vol. 1, Nº 30, P. 23 - 40, 2020.

SILVA, K. PINHEIRO, P. MESQUITA, K. SALES, J. MONDRAGÓN-SÁNCHEZ, E. XIMENES, L. et al. Prevenção à violência sexual na adolescência: construção e validação de cartilha digital. Acta Paul Enferm. 2024; 37: eAPE02612.

SIQUEIRA, V. SETTE, G. PERRELLI, J. MARINUS, M. SOUZA, V. GUEDES, T. Vídeo educacional sobre prevenção da violência sexual infantil para cuidadores



familiares: elaboração, validação e avaliação. Texto Contexto Enferm [Internet], 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0414pt>.

SOMA, S. WILLIAMS, L. Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseado em critérios de literatura. Temas em psicologia, v. 25, nº 3, p. 1201 – 1212, 2017.

VÉLEZ, C. et al. Evaluación de un programa de promoción de conductas de Autoprotección para la prevención del abuso sexual infantil, Medellín, Colombia. Rev. Méd. Risaralda, v. 21(1), p. 3 -8, 2015.

WALSH, K. et al. School-based education programs for the prevention of child sexual abuse: a Cochrane systematic review and meta-analysis. Research on social work practice, 2015.



ANEXO B

Materiais de Comunicação Amigável

- » Reconciliatio: Reconciliatio – Desenvolvimento da Pessoa
- » Conferência Episcopal do Chile: Prevenir Abusos
- » Conferência Episcopal da Bolívia: Elementos de primera acogida
- » Conferência Episcopal da Bolívia: Folleto Díptico Decálogo de la cultura del cuidado
- » Conferência Episcopal da Bolívia: El-arte-de-Escuchar.pdf
- » Campanha Faça Bonito: Início | Faça Bonito



ANEXO C

Lista de abreviaturas e siglas

Acopamec	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CISA	Centro de Inclusão Social do Adolescente
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDI	Centro Marista de Defesa da Infância
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRB	Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
FORTIS	Força-Tarefa Infância Segura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
MOPS	Mapas estratégicos para Políticas de Cidadania
NLM	Núcleo Lux Mundi
ONU	Organização das Nações Unidas
PR	Paraná
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RI	Revisão Integrativa
UBS	Unidade Básica de Saúde
VELM	Vox Estis Lux Mundi



